

Enel Green Power
Volta Grande S.A.

CNPJ: 25.176.391/0001-20

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2022
com relatório dos auditores
independentes**

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balancos patrimoniais	13
Demonstrações do resultado	15
Demonstrações do resultado abrangente	16
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração - 2022

Enel Green Power Volta Grande S.A.

24 de Fevereiro de 2023

Relações com Investidores

<https://www.enel.com.br/investidores.html> | brasil.investorrelations@enel.com

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2022

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Green Power Volta Grande S.A. (ou "Volta Grande") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

1 PERFIL*

A Enel Green Power Volta Grande é uma geradora hidrelétrica situada entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, na região Sudeste do país. Desde 11 de novembro de 2017 é gerida pelo grupo Enel, cujo direito de operação por 30 anos foi adquirido em leilão realizado no mesmo ano, por um valor total de R\$ 1.420 milhões. Com uma capacidade total instalada de 380 MW, subdivididos em 4 unidades geradoras de 95MW cada, possui 231 MWm de energia assegurada. Em 2021, Volta Grande teve uma geração líquida de 1.414 GWh (1.190 GWh em 2021). A usina conta, ainda, com 13,8 km de linhas áreas de transmissão, sendo 6,8km de linhas de alta tensão e 7km de linhas de média tensão. O grupo Enel, por meio da Enel Brasil S.A., detém 100% do seu capital.

2 CONTEXTO SETORIAL

Proposta de solução para a falta de liquidez do mercado no curto prazo

A partir de 2015, o mercado brasileiro de curto prazo enfrentou um cenário de judicialização que resultou no travamento das liquidações financeiras no âmbito da CCEE. Ao longo daquele ano, diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho técnico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo, devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares isentavam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que atingiu cerca de R\$ 10 bilhões.

Após a publicação da Lei nº 14.052, em 8 de setembro de 2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, em 1º de dezembro/2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 895/2020 (REN 895/2020) para regulamentar a compensação de riscos não hidrológicos assumida por hidrelétricas entre 2013 e 2020. Após apuração dos ativos regulatórios pela CCEE e ANEEL ao longo do primeiro semestre de 2021, os agentes firmaram o acordo de repactuação mediante desistência das discussões no âmbito judicial. Esse acordo resolveu o impasse dos geradores hidráulicos na Justiça e restaurou a liquidez no mercado brasileiro no curto prazo.

Em junho/2022, Volta Grande assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2017, postergando o final da concessão para 11/05/2048.

REN 899/2020 – Alocação de energia no MRE

Em 4 de dezembro de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 899 que altera a Resolução Normativa nº 584 com as definições de alocação de energia do MRE (Mecanismo de Realocação de Energia) para os próximos anos.

A REN estabelece que até dezembro de 2026, continuarão existindo dois tipos de alocação: uma para lastro e outra para o MRE. Até esse ano, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia no MRE passarão a ter uma limitação entre 80% e 120% da geração média dos últimos cinco anos para cada usina. A partir de janeiro de 2027, os valores mensais de garantia física sazonalizada para fins de alocação de energia do MRE devem atender ao perfil de geração média do MRE dos cinco anos anteriores ao de vigência da sazonalização da garantia física.

No mesmo dia, a ANEEL também publicou a Resolução Normativa nº 898, que estabelece o tratamento regulatório para as exposições financeiras de energia secundária no MRE.

* Valores não auditados pelos auditores independentes

3 PRINCIPAIS INDICADORES

Indicadores Operacionais

	2022	2021	Variação	Var. %
Capacidade instalada (MW)	380	380	-	0,0%
Energia assegurada (Garantia Física) (MWmedia)	231	231	-	0,0%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.414	1.190	224	18,8%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	1.656	1.512	144	9,5%
Investimento Total (R\$ Mil)	15.677	25.891	(10.214)	-39,4%

Indicadores Patrimoniais

	2022	2021	Variação	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	1.699.108	1.687.007	12.101	0,7%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	744.783	753.957	(9.174)	-1,2%
Valor patrimonial por ação (R\$)	1,32	1,33	(0,02)	-1,2%

4 DESEMPENHO OPERACIONAL

O índice de disponibilidade acumulado em 2022 foi de 93,2% (90,5% em 2021), devido a paradas de manutenção (incluindo programadas). A geração, em 2022, foi de 1.414GWh, representando um aumento de 18% em comparação a 2021 (1.190GWh).

Do total de sua energia assegurada, 70% são comercializadas através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração são comercializados no mercado livre.

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Valores em R\$ Mil

	2022	2021	Variação	Var. %
Receita Operacional Bruta	401.600	484.353	(82.753)	-17,1%
Deduções da Receita Bruta	(51.604)	(47.232)	(4.372)	9,3%
Receita Operacional Líquida	349.996	437.121	(87.125)	-19,9%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(79.506)	(94.862)	15.356	-16,2%
EBITDA (1)	271.053	342.645	(71.592)	-20,9%
Margem EBITDA	77,44%	78,39%	-	-0,95 p.p
EBIT (2)	270.490	342.259	(71.769)	-21,0%
Margem EBIT	77,28%	78,30%	-	-1,02 p.p
Resultado Financeiro	(64.966)	(104.362)	39.396	-37,7%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(69.342)	(76.124)	6.782	-8,9%
Lucro Líquido	136.182	161.773	(25.591)	-15,8%
Margem Líquida	38,91%	37,01%	-	1,90 p.p
Lucro Líquido por ação (R\$)	0,24	0,29	(0,05)	-15,8%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização

(2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro

A receita operacional líquida de 2022 foi R\$ 87,1 milhões inferior em relação ao ano de 2021, decorrente, de: (i) uma queda na receita anual de geração – RAG (incluindo partes relacionadas) no valor de R\$ 125,3 milhões, fechando 2022 com R\$ 141,6 milhões, frente R\$ 266,9 milhões em 2021; (ii) uma menor receita de atualização do bônus de concessão, que totalizou R\$ 85,9 milhões no acumulado do ano, contra R\$144,0 em 2021; e (iii) menores preços de compra de energia comparados ao mesmo período do ano anterior.

Os custos do serviço e as despesas operacionais apresentaram uma queda de R\$ 15,4 milhões em relação a 2021, explicado principalmente pelo menor custo com energia elétrica comprada para revenda (incluindo partes relacionadas), equivalente a R\$ 9,2 milhões, uma queda de R\$ 22,8 milhões em comparação a 2021.

Estas variações resultaram em uma queda de R\$ 71,6 milhões do EBITDA, que alcançou o montante de R\$ 271,0 milhões em 2022, frente a R\$ 342,6 milhões em 2021.

O resultado financeiro apresentou um valor líquido de R\$ 65,0 milhões, uma queda de R\$ 39,4 milhões em relação ao exercício anterior. As principais variações referem-se a (i) redução na despesa com variação monetária - dívidas, em um montante de R\$ 38,7 milhões; e (ii) melhora da rubrica receita de aplicação financeira, que registrou uma melhora de R\$ 4,0 milhões no acumulado do ano. Valores parcialmente compensados pela redução, em R\$ 3,2 milhões, com juros e atualização monetárias de mercado curto prazo. Em decorrência dos efeitos acima, o lucro líquido encerrou o exercício em R\$ 136,2 milhões, uma queda de R\$ 25,6 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 161,8 milhões).

6 INVESTIMENTOS

Os investimentos em 2022 somaram R\$ 15,7 milhões, 39,4% abaixo do volume realizado em 2021. Os investimentos foram alocados principalmente em reforma e modernização das turbinas UG02 e UG03, tendo como finalidade a melhora do rendimento da planta e mitigação dos riscos (redução da garantia física, melhora do fator de indisponibilidade e redução das penalidades).

7 ENDIVIDAMENTO

A aquisição da concessão foi financiada com 60% de dívida com terceiros e 40% com capital próprio. Inicialmente, foi considerado um crédito ponte por um período de dois anos (2018-2019). Em novembro de 2019, a Companhia estruturou um financiamento de longo prazo, por meio da sua 1ª emissão de debêntures. Foram captados R\$ 800 milhões, em 2 séries, com prazo de 10 anos e um custo de IPCA + 3,70% a.a.. Este financiamento está condicionado a manutenção do nível de alavancagem, medido pela relação Dívida Líquida Financeira / EBITDA, inferior a 4.0x. Em 2022, o nível de alavancagem registrado foi de 2,31x (1,97x em 2021).

8 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL*

SUSTENTABILIDADE

Comprometida com o desenvolvimento sustentável e empenhada em contribuir com soluções para grandes desafios globais – como o acesso à energia, a minimização dos efeitos das mudanças climáticas e o desenvolvimento local, a Enel Green Power Volta Grande atua de forma a criar valor sustentável por meio de seus negócios, focando no relacionamento com as partes interessadas e no desenvolvimento de projetos socioambientais, incluindo os de economia circular. Dentro disso, contribuimos diretamente para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), um movimento global da Organização das Nações Unidas (ONU) onde estamos especialmente comprometidos com quatro dos 17 ODS: Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13).

Os compromissos de sustentabilidade guiam a estratégia da empresa e se traduzem em ações e indicadores ESG (ambientais, sociais e de governança, em inglês), de forma a qualificar nosso desempenho e maximizar a geração de valor para todos os públicos com os quais nos relacionamos. A integração dos fatores ambientais, sociais e de governança é garantida por processos estruturados em todo o Grupo e por meio do nosso Plano de Sustentabilidade cuja elaboração anual inclui: análise do contexto ESG, identificação de prioridades para nossa empresa e nossos stakeholders, planejamento e implementação de ações e projetos de apoio aos objetivos de sustentabilidade. Todas as etapas do processo contam com o respeito aos direitos humanos como elemento fundamental para a busca do sucesso sustentável

Projetos Socioambientais

O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda a área de atuação da companhia, também visa atender às demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios e propósitos do Grupo e com foco na criação de valor compartilhado. Por meio dos projetos de Sustentabilidade junto às comunidades com as quais a Enel Green Power Volta Grande se relaciona no território, em 2022, a empresa beneficiou 1.100 pessoas por meio de quatro projetos, com um investimento de R\$ 55 mil. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

Os Programas de Educação Ambiental e de Comunicação Social para conscientização ambiental e preservação do entorno do reservatório da usina Volta Grande, beneficiou moradores de comunidades do

* Valores não auditados pelos auditores independentes

entorno da planta e duas escolas com seus alunos e professores, do município de Conceição das Alagoas/MG, entorno da UHE, beneficiando cerca de 600 pessoas. Ações como palestras virtuais, com participação dos professores da rede municipal, desenvolvimento de vídeos educativos com conteúdo ambiental, oficinas educativas ambientais e material didático, apoiam as Secretarias de Educação e Secretaria de Desenvolvimento Social com ações nas escolas do município.

Uma série de palestras e oficinas voltadas para as mulheres da região também foram conduzidas pela empresa através do projeto “Mulheres de Energia”. Essa iniciativa engloba diversas ações voltadas ao empoderamento feminino, entre elas: “Ações Afirmativas para o Empoderamento Feminino”, “Capacitação Técnica para Contratação nas Fases de Construção e Operação”, “Contratação” e “Capacitação para Empreendedorismo nas Comunidades Locais”. O projeto também conta com outras iniciativas, como: palestras sobre mercado de trabalho e troca de experiências para fortalecer as mulheres nas regiões, vagas apresentadas internamente, cargas horárias ocupadas por mulheres e técnicas para promover e estimular o empreendedorismo, e o poder feminino e a igualdade de gênero. Ao todo 300 pessoas foram beneficiadas em 2022.

Somados aos projetos específicos da Enel Green Power Volta Grande, a empresa também integra importantes iniciativas de sustentabilidade da holding, com destaque para:

Parceiro Responsável: Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2022, foram capacitadas 1.109 pessoas de 390 empresas fornecedoras. Entre os temas abordados, destacam-se a Estratégia de Sustentabilidade da Enel e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Direitos Humanos, Ética, Gestão Ambiental, Economia Circular, Eficiência Energética, Sistema de Compliance para pequenas e médias empresas. Anualmente são premiadas as empresas com melhor gestão de sustentabilidade, de acordo com o desempenho nos requisitos da Enel, e as empresas com as melhores práticas em sustentabilidade.

Due Diligence de Direitos Humanos (DDDH): Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos inerentes a esse tema, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 95% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da ONU, contra 73% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 iniciativas de melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2022, o Plano de Ação foi concluído com um avanço geral de 98% das atividades planejadas para o biênio. Entre as principais ações realizadas podemos destacar o treinamento de 100% das equipes de segurança patrimonial sobre o tema de respeito aos Direitos Humanos a implantação de critérios de avaliação de direitos humanos no sistema de gestão dos fornecedores, a revisão e divulgação da nova Política de Direitos Humanos e a implantação de novas ações para a promoção da diversidade no quadro de colaboradores Enel, com a criação de grupos de afinidade, treinamentos e campanhas de comunicação.

Rede do Bem: A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da Enel no Brasil, lançado em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos colaboradores da companhia e na de milhares de pessoas que são beneficiadas nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante a uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e impressões após as atividades. Em 2022, o programa beneficiou 27.186 pessoas e contou com a atuação de 3.757 voluntários, através de 43 atividades, que se dividem entre “Campanhas Sazonais” (surgem durante todo o ano, como arrecadação de doativos, apoio em situações críticas naturais, como enchentes e deslizamentos, entre outras), “Mulheres de Energia” (Voluntárias engenheiras sensibilizando mulheres para o mercado de trabalho em carreiras STEM) e “Natal do Bem” (Campanha de Natal envolvendo doação de colaboradores para que grupos produtivos desenvolvam brinquedos educativos que são distribuídos em instituições de crianças em vulnerabilidade social).

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: O Ser é o programa de cultura interna de Sustentabilidade da Enel, que, desde 2015, por meio dos seus quatro pilares - Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano - tem o objetivo de destacar o comprometimento e a atuação socioambiental e de governança – ESG da Enel, com ênfase na proteção dos direitos humanos. A edição de 2022 trouxe conteúdos relacionados a missão da Enel de conduzir até 2040 para uma transição justa ao Net Zero. Foram 6.613 participantes em 35 eventos on-line para todo o Brasil. Os temas, conduzidos por 70 facilitadores internos e externos, foram: circularidade, economia consciente, gestão ambiental, transição energética, financiamento sustentável, diversidade, inclusão social, saúde física e mental e direitos humanos.

Certificações

A Enel Green Power Volta Grande conta com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. A empresa possui as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança ocupacional e a 37001 em gestão antissuborno.

9 RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES*

Certificação Top Employer

A Enel recebeu a certificação como Top Employer 2022 no Brasil. Com base em um benchmark internacional, nossas políticas e práticas de gestão de pessoas foram analisadas, validadas e reconhecidas pela iniciativa, que é promovida pelo Top Employers Institute. Esta é a quarta vez consecutiva em que a nossa empresa ganhou o Selo de Certificação como empregadora de referência.

Valor Inovação Brasil 2022

A inovação está no nosso DNA! A Enel Brasil entrou no ranking "Valor Inovação Brasil 2022" como uma das três empresas mais inovadoras do setor elétrico do Brasil. Para a nossa empresa, inovar é construir soluções, inspirar pessoas, abrir novos caminhos e possibilidades.

100 Open Startups

Pelo segundo ano consecutivo, somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país.

Empresa Amiga da Criança

A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e o desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva.

Empresa Pró-Ética

A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Ética no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do Governo Federal. A iniciativa avalia empresas em relação às práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo programa nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal, e novamente premiada no biênio 2020/2021. Em 2022, a Enel se inscreveu no Pró-Ética 2022/2023 e, após apuração, o resultado será anunciado pela CGU, em dezembro de 2023.

Certificação WELL

Com o objetivo de fornecer indicadores e métricas claras que possam aferir a qualidade dos ambientes e, conseqüentemente, a saúde e o bem-estar dos ocupantes, o International Well Building Institute criou o sistema de certificação WELL. O certificado avalia o desempenho do ambiente de trabalho em várias categorias como ar, alimentação, luz, movimento, conforto térmico, som, materiais e comunidade. Nossa empresa foi a primeira do setor de energia no mundo a receber a certificação Platinum e passa a fazer parte de um seleto grupo de sete organizações brasileiras a conquistar o reconhecimento na América Latina. Além disso, somos a segunda empresa do Brasil e da América Latina a receber o WELL Platinum.

10 COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

	2022		2021	
	Ações	%	Ações	%
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%
Total	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%

* Valores não auditados pelos auditores independentes

11 AGRADECIMENTOS

A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2022 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados.
A Administração.

12 INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Diretoria Executiva

Jayme Barg
Jayme Barg

Descrição do Cargo

Diretor de Operação e Manutenção e Diretor Presidente (Interino)
Diretor Presidente

Relações com Investidores

Fabio Romanin

Contador Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Administradores e Acionistas da
Enel Green Power Volta Grande S.A.**

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Volta Grande S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Volta Grande S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	31.12.2022	31.12.2021
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	53.850	64.914
Títulos e valores mobiliários		144	129
Contas a receber	4	6.260	21.625
Outros tributos compensáveis		512	520
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	5	62.175	58.844
Serviços em curso		1.755	546
Outros créditos		5.581	8.429
Total do ativo circulante		130.277	155.007
Ativo não circulante			
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	5	1.492.195	1.471.103
Imobilizado	6	67.769	51.489
Intangível		8.867	9.408
Total do ativo não circulante		1.568.831	1.532.000
Total do ativo		1.699.108	1.687.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31.12.2022</u>	<u>31.12.2021</u>
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	7	33.032	36.625
Debêntures	8	102.210	97.522
Obrigações por arrendamentos		219	215
Salários, provisões e encargos sociais		955	774
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9	31.670	14.194
Outras obrigações fiscais		3.005	2.887
Encargos setoriais		8.266	6.123
Dividendos a pagar	11	65.343	25.671
Outras obrigações		108	3
Total do passivo circulante		244.808	184.014
<u>Passivo não circulante</u>			
Debêntures	8	582.363	642.808
Obrigações por arrendamentos		435	223
Tributos diferidos	15	126.516	105.844
Provisões para processos judiciais e outros riscos	10	203	161
Total do passivo não circulante		709.517	749.036
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	11	565.756	565.756
Reserva legal		34.501	27.692
Reservas de lucros		144.526	47.496
Dividendos adicionais propostos		-	113.013
Total do patrimônio líquido		744.783	753.957
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.699.108	1.687.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais, exceto resultado por ação)

	Notas	2022	2021
Receita líquida	12	349.996	437.121
Custo do serviço	13	(72.802)	(90.214)
Lucro bruto		277.194	346.907
Despesas operacionais	13		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(37)	(425)
Despesas gerais e administrativas		(6.669)	(4.223)
Outras receitas (despesas) operacionais		2	-
Total despesas operacionais		(6.704)	(4.648)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		270.490	342.259
Receitas financeiras	14	7.150	6.634
Despesas financeiras	14	(72.116)	(110.996)
Total do resultado financeiro		(64.966)	(104.362)
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		205.524	237.897
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	(48.671)	(28.181)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15	(20.671)	(47.943)
		(69.342)	(76.124)
Lucro líquido do exercício		136.182	161.773
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	11	0,24	0,29

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	136.182	161.773
Total dos resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	136.182	161.773

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros			Proposta para distribuição de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva legal	Reforço de capital de giro			
Saldo em 31 de dezembro de 2020	565.756	19.603	89.053	-	-	674.412
Dividendos adicionais deliberados	-	-	(41.557)	-	-	(41.557)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	161.773	161.773
Reserva legal	-	8.089	-	-	(8.089)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(25.671)	(25.671)
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	(15.000)	(15.000)
Aprovação da proposta de dividendos adicionais propostos	-	-	-	113.013	(113.013)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	565.756	27.692	47.496	113.013	-	753.957
Dividendos adicionais deliberados	-	-	-	(113.013)	-	(113.013)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	136.182	136.182
Reserva legal	-	6.809	-	-	(6.809)	-
Dividendos mínimo obrigatório	-	-	-	-	(32.343)	(32.343)
Reserva de reforço de capital de giro	-	-	97.030	-	(97.030)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	565.756	34.501	144.526	-	-	744.783

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

	2022	2021
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	136.182	161.773
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:		
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	37	425
Baixa de intangível	433	-
Provisão para processos judiciais	46	70
Reversão de provisão de processos judiciais	(5)	-
Encargos de arrendamento	94	8
Atualizações monetárias	40.592	79.267
Juros provisionados sobre debêntures	28.094	29.448
Depreciação e amortização	567	387
Apropriação dos custos de transação	1.581	1.582
Atualização do ativo financeiro da concessão	(85.858)	(144.019)
Amortização do bônus da concessão	61.435	56.165
Imposto de renda e contribuição social correntes	48.671	28.181
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.671	47.943
Redução (aumento) dos ativos:		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	15.328	30.907
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	-	6.723
Outros tributos compensáveis	8	(169)
Serviços em curso	(1.209)	(546)
Outros créditos	2.848	(440)
Aumento (redução) dos passivos:		
Fornecedores	(3.593)	11.554
Salários, provisões e encargos sociais	181	94
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(198)	(4.806)
Outras obrigações fiscais	118	(222)
Encargos setoriais	2.143	18
Outras obrigações	106	3
	268.272	304.346
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(30.997)	(25.661)
Pagamentos de juros de debêntures	(28.630)	(29.537)
Pagamentos de processos judiciais	(15)	(35)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	208.630	249.113
Atividades de investimentos:		
Adições de ativo imobilizado	(16.268)	(26.189)
Títulos e valores mobiliários	(15)	18
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(16.283)	(26.171)
Atividades de financiamentos:		
Pagamentos de debêntures (principal)	(97.378)	(90.903)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(349)	(122)
Pagamento de juros sobre o capital próprio	-	(15.000)
Pagamento de dividendos	(105.684)	(101.241)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamentos	(203.411)	(207.266)
Varição no caixa líquido da Companhia	(11.064)	15.676
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	64.914	49.238
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	53.850	64.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Enel Green Power Volta Grande S.A. (“Companhia” ou “EGP Volta Grande”), sociedade por ações de capital fechado, com sede na Av. Oscar Niemeyer, 2000, Santo Cristo, Rio de Janeiro, é controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem hídrica.

Em 27 de setembro de 2017, a Enel Brasil S.A. adquiriu um contrato de 30 anos de concessão da usina de Volta Grande, já em operação, localizada no sudeste do país, com uma capacidade total instalada de 380 MW, de acordo com o “Leilão de Concessões não prorrogadas” organizado pelo Governo Federal por meio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

A Companhia firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017, com início da prestação de serviço em 1º de dezembro de 2017 e término em 1º de dezembro de 2047, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão Aneel nº 01/2017. Em contrapartida, pela prestação de serviços de geração, exclusivamente pela disponibilização da parcela da garantia física destinada ao regime de cotas de garantia física de energia e de potência da usina hidrelétrica, a Companhia é remunerada pela Receita Anual de Geração - RAG. O valor anual da RAG original para o ciclo de 2017/2018 foi de R\$ 198.028, conforme Resolução Homologatória 2.353/2017. Para o ciclo 2022/2023, a RAG estabelecida na Resolução Homologatória 3.068/2022 é de R\$ 278.534. Do total de sua energia assegurada, 70% é comercializada através do regime de cotas com uma receita mensal fixa. Os outros 30% da geração, são comercializados no mercado livre.

A usina hidrelétrica Volta Grande está localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo. A planta entrou em operação em 1974, com 380 MW de capacidade instalada e com garantia física de 230,6 MW.

Repactuação do risco hidrológico - GSF (*Generation Scaling Factor*)

O mercado brasileiro de curto prazo enfrentou problema de liquidez, e desde 2015 diversas liminares na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho térmico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as liminares que isentaram os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, chegaram ao patamar de R\$ 8,5 bilhões e representaram ao final de 2020, cerca de 61% do valor contabilizado total do mercado.

Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13.203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica.

A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte.

Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração realizado em 17 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da Companhia aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas o comprometimento de não instaurar ações judiciais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Seguindo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 162 dias de extensão da outorga e o montante de R\$ 6.796, o qual está sendo compensado por meio do prazo de extensão da outorga.

Em junho de 2022 a Companhia assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 004/2017 postergando o final da concessão para 11 de maio de 2048.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras ocorreu em 24 de fevereiro de 2023.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2022 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para a política contábil atualmente utilizada pela Companhia:

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 27 – Imobilizado	Prover guidance para a contabilização transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso – recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contratos onerosos – custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022
CPC 15 – Combinação de negócios	Referências à estrutura conceitual	1º de janeiro de 2022

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

Não se espera que as seguintes normas novas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint venture	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

As práticas contábeis e estimativas relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a estimativas incluem: perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, ativo indenizável, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para processos judiciais e outros riscos, benefícios pós-emprego, receita de distribuição não faturada e instrumentos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelo menos, anualmente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

As aplicações financeiras, representadas principalmente por CDBs, que possuem conversibilidade imediata, insignificante risco de mudança de valor, montante conhecido de caixa no momento do resgate e expectativa de realização em até 90 dias são registradas como equivalentes de caixa. Os Certificados de depósitos bancários foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 101,50% do CDI (100,70% do CDI em 31 de dezembro de 2021).

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48/ IFRS 9 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecimento de limites de concentração e critérios de *ratings* das principais agências de risco. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possui caixa, equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2022	31.12.2021
Caixa e contas correntes bancárias	1.324	25.163
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	52.526	39.751
Total	53.850	64.914

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contas a receber

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia elétrica, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos até 90 dias	Total 31.12.2022	Total 31.12.2021
	Concessionárias e permissionárias	-	-	-
Mercado de Curto Prazo	-	170	170	-
Contas a receber - partes relacionadas (nota 16)	6.552	-	6.552	12.597
	<u>6.552</u>	<u>170</u>	<u>6.722</u>	<u>22.050</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(462)	-	(462)	(425)
Total	<u>6.090</u>	<u>170</u>	<u>6.260</u>	<u>21.625</u>

Em dezembro de 2022, a Companhia realizou operação de cessão de recebíveis sem direito de regresso, transferindo todos os riscos e benefícios vinculados para a instituição financeira na data da transação com valor de face de R\$ 23.211, com desconto de R\$ 240.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A movimentação da perda esperada para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

	31.12.2021	Adição	Reversão	31.12.2022
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	(425)	(98)	61	(462)
Total	<u>(425)</u>	<u>(98)</u>	<u>61</u>	<u>(462)</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	31.12.2020	Adição	31.12.2021
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(425)	(425)
Total	-	(425)	(425)

5. Ativo financeiro - contas a receber vinculadas à concessão (Bonificação de outorga)

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e portanto sua contabilização embasada no ICPC 01, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende o conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, inicialmente estimado com base no respectivo valor justo e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Conforme edital do leilão firmado em 10 de novembro de 2017, a Companhia efetuou um pagamento de R\$ 1.419.784 à título de bonificação pela outorga a ser ressarcido ao longo do contrato de concessão de 30 anos. Em virtude de ser um crédito a receber relacionado ao contrato de concessão composto pelo Retorno da Bonificação pela Outorga - RBO, garantido pelo poder concedente durante o prazo da concessão e sem risco de demanda, a Companhia classificou o montante a receber da bonificação pela outorga como ativo financeiro, em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago, com atualização pelo IPCA, durante o período de vigência da concessão. A amortização corresponde aos valores recebidos mensalmente (vide nota explicativa nº 11).

	31.12.2022	31.12.2021
Saldo do início do exercício	1.529.947	1.442.093
Atualização financeira do bônus da concessão	85.858	144.019
Amortização do bônus da concessão	(61.435)	(56.165)
Saldo do final do exercício	1.554.370	1.529.947
Circulante	62.175	58.843
Não circulante	1.492.195	1.471.103

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, as quais se encontram alinhadas com os critérios previstos na Resolução Normativa ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015 (vigente a partir de 1 de janeiro de 2016), limitada ao período de autorização.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. Em 31 de dezembro de 2022, não foram observados indicativos de que o ativo imobilizado da Companhia estivesse registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A movimentação do ativo imobilizado no exercício está demonstrada a seguir:

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	31.12.2022
<u>Imobilizado em serviço</u>				
Máquinas e equipamentos	160	-	-	160
	160	-	-	160
<u>Depreciação acumulada</u>				
Máquinas e equipamentos	(68)	-	(26)	(94)
	(68)	-	(26)	(94)
<u>Imobilizado em curso</u>				
Barragens e adutoras	2.284	-	-	2.284
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	387	-	-	387
Máquinas e equipamentos	48.112	15.678	-	63.790
Veículos	167	433	-	600
Compras em andamento	4	-	-	4
	50.954	16.111	-	67.065
Total do imobilizado	51.046	16.111	(26)	67.131
<u>Ativo de direito de uso</u>				
Imóveis	17	471	(74)	414
Veículos	426	-	(202)	224
	443	471	(276)	638
Total	51.489	16.582	(302)	67.769

	31.12.2020	Adição	Depreciação / amortização	Reclassificação	31.12.2021
<u>Imobilizado em serviço</u>					
Máquinas e equipamentos	160	-	-	-	160
	160	-	-	-	160
<u>Depreciação acumulada</u>					
Máquinas e equipamentos	(40)	-	(28)	-	(68)
	(40)	-	(28)	-	(68)
<u>Imobilizado em curso</u>					
Barragens e adutoras	2.284	-	-	-	2.284
Edif. Ob. Cívics e benfeitorias	387	-	-	-	387
Máquinas e equipamentos	22.525	25.889	-	(302)	48.112
Veículos	600	-	-	(433)	167
Compras em andamento	-	4	-	-	4
	25.796	25.893	-	(735)	50.954
Total do imobilizado	25.916	25.893	(28)	(735)	51.046
<u>Ativo de direito de uso</u>					
Imóveis	88	31	(102)	-	17
Veículos	-	433	(7)	-	426
	88	464	(109)	-	443
Total	26.004	26.357	(137)	(735)	51.489

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil regulatória dos ativos imobilizados anteriormente descritos, de acordo com a Resolução Aneel nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Administração	%
Barragens e adutoras	4,17%
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Veículos	0,42%

7. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2022	31.12.2021
Compra de energia	418	1.596
Compra de energia - partes relacionadas (nota 16)	-	1.562
Encargo de uso da rede	4.705	4.202
Encargo de uso da rede - partes relacionadas (nota 16)	47	51
Total energia	5.170	7.411
Materiais e serviços	17.289	19.852
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 16)	10.573	9.362
Total materiais e serviços	27.862	29.214
Total	33.032	36.625

8. Debêntures

Os saldos de debêntures são compostos da seguinte forma:

	31.12.2022					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
Debêntures	97.016	5.194	102.210	582.363	582.363	684.573
Total	97.016	5.194	102.210	582.363	582.363	684.573

	31.12.2021					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda nacional						
Debêntures	91.792	5.730	97.522	642.808	642.808	740.330
Total	91.792	5.730	97.522	642.808	642.808	740.330

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

As principais características dos contratos de debêntures estão descritas a seguir:

Descrição	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia	31.12.2022
Debêntures 1ª série - 1ª emissão	519.000	15/10/2020	15/10/2029	IPCA + 3,70% a.a.	Semestral	Semestral	CAPEX	Recebíveis sobre a RBO	440.321
Debêntures 2ª série - 1ª emissão	281.000	15/10/2020	15/10/2029	IPCA + 3,70% a.a.	Anual	Anual	CAPEX	Recebíveis sobre a RBO	244.252
									684.573

A curva de amortização das debêntures não circulante se apresenta da seguinte forma:

Curva de amortização	2024	2025	2026	Após 2026	Total
	100.116	100.116	100.116	282.015	582.363

As movimentações das debêntures são como segue:

	Moeda nacional		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	88.870	661.628	750.498
Encargos provisionados	29.448	-	29.448
Encargos pagos	(29.537)	-	(29.537)
Variação monetária	-	79.242	79.242
Transferências	98.062	(98.062)	-
Amortizações	(90.903)	-	(90.903)
Custo de transação	1.582	-	1.582
Saldo em 31 de dezembro de 2021	97.522	642.808	740.330
Encargos provisionados	28.094	-	28.094
Encargos pagos	(28.630)	-	(28.630)
Variação monetária	-	40.576	40.576
Transferências	3.643	(3.643)	-
Amortizações	-	(97.378)	(97.378)
Custo de transação	1.581	-	1.581
Saldo em 31 de dezembro de 2022	102.210	582.363	684.573

8.1 Compromissos financeiros – Cláusulas restritivas (Covenants)

Conforme estabelecido no Instrumento Particular de Escritura de Debêntures, as debêntures emitidas pela Companhia não são conversíveis em ações, são da espécie quirografária, e ainda a Companhia possui obrigações financeiras que em caso de descumprimento podem acarretar o vencimento antecipado das debêntures. A Companhia não poderá apresentar por dois trimestres consecutivos o índice de capacidade de endividamento (obtido através da divisão da dívida líquida financeira pelo EBITDA) abaixo do limite estabelecido abaixo:

1ª Emissão	
Obrigações especiais financeiras	Límite
Dívida financeiras líquida / LAJIDA (máximo)	4,00

- Dívida financeira líquido corresponde aos empréstimos e financiamentos bancários líquidos dos instrumentos financeiros derivativos, reduzidos pelo valor de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários.
- LAJIDA para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização (últimos 12 meses).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia estava em cumprimento com termos dos *covenants* listados acima.

9. Imposto de renda e contribuição social a pagar

Para regime tributário e informações do passivo a Companhia opta pelo lucro real e recolheu as estimativas de IRPJ e CSLL com base na receita bruta para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os saldos de tributos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram obtido através do confronto entre o valor do imposto devido com base no lucro real anual e das estimativas pagas no decorrer do exercício, e deve ser pago até o último dia útil do mês de março do ano subsequente.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social a pagar e compensar estão sendo apresentados de forma líquida entre ativo e passivo portanto, em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não está sendo apresentado saldo de imposto de renda e contribuição social a compensar no balanço da Companhia.

	31.12.2022	31.12.2021
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis		
Imposto de renda	24.168	11.363
Contribuição social	7.502	2.831
Total	31.670	14.194

10. Provisão para processos judiciais

10.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos cíveis, cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2021	Adição	Reversão	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2022
Cíveis	161	46	(5)	16	(15)	203
Total processos judiciais e administrativos	161	46	(5)	16	(15)	203
Total	161	46	(5)	16	(15)	203

	31.12.2020	Adição	Atualização monetária	Pagamentos	31.12.2021
Cíveis	101	70	25	(35)	161
Total processos judiciais e administrativos	101	70	25	(35)	161
Total	101	70	25	(35)	161

A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

10.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 27 (R\$ 38 em 31 de dezembro de 2021) relacionado a processos cíveis.

11. Patrimônio líquido

11.1 Capital social

A composição acionária em 31 de dezembro de 2022 e 2021, é como segue:

	31.12.2022		31.12.2021	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%
Total	565.756.528	100,00%	565.756.528	100,00%

11.2 Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social corrigido anualmente.

11.3 Reserva de reforço de capital de giro

O lucro remanescente (após destinações à reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios), ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, será destinado à formação de reserva de reforço de capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital subscrito, conforme os termos do artigo 22 do estatuto social da Companhia.

11.4 Destinação de resultado

O estatuto social da Companhia estabelece um dividendo mínimo de 25% calculado sobre o lucro líquido anual, ajustado na forma prevista pelo artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Destinação dos resultados

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	136.182	161.773
(-) Reserva legal	(6.809)	(8.089)
Lucro ajustado	129.373	153.684
Dividendo mínimo obrigatório	32.343	25.671
Juros sobre capital próprio	-	15.000
Dividendo adicional proposto	97.030	113.013
	-	-

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, realizada em 14 de abril de 2022, foi aprovada a destinação do lucro líquido do exercício de 2021, no montante de R\$ 161.773, sendo: o montante de R\$ 25.671 a título de dividendos mínimos obrigatórios considerando o montante de R\$ 15.000 já pagos em 2021 a título de juros sobre capital próprio; e o montante de R\$ 113.013 declarado como dividendos adicionais pagos dentro do exercício de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio nos exercícios de 2022 e 2021 é como segue:

	Efeito não caixa			Efeito caixa	31.12.2022
	31.12.2021	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	25.671	113.013	32.343	(105.684)	65.343

	Efeito não caixa				Efeito caixa		31.12.2021
	31.12.2020	Juros sobre o capital próprio	Dividendos adicionais propostos	Dividendos mínimos	Juros sobre o capital próprio pagos	Dividendos pagos	
Dividendos a pagar	59.684	15.000	41.557	25.671	(15.000)	(101.241)	25.671

11.5 Lucro básico por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2022	31.12.2021
Lucro líquido do exercício	136.182	161.773
Média ponderada de ações no exercício	565.756.528	565.756.528
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	0,24	0,29

12. Receita líquida

A receita pode ser originada de um contrato com cliente ou outros tipos de receita, incluindo somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. As quantias cobradas por conta de terceiros, tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos, portanto, não estão apresentadas nas demonstrações de resultado.

O reconhecimento da receita originada de um contrato com cliente ocorre conforme CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”) e é composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

12.1 Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12.2 Receita de atualização da bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão de serviço público, e, portanto, sua contabilização embasada no ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a bonificação de outorga paga pela concessão é considerada como um ativo financeiro, uma vez que atende ao conceito de direito incondicional de receber caixa ao longo do período de concessão, além disso, é classificado como “custo amortizado”, inicialmente estimado com base no respectivo valor presente dos fluxos de caixa futuros garantidos, e posteriormente mensurado pelo custo amortizado calculado pelo método da taxa de juros efetiva, não possuindo um mercado ativo, apresentando fluxo de caixa fixo e determinável. Mensalmente o saldo é atualizado monetariamente pelo IPCA, sendo amortizado o ativo financeiro em contrapartida a receita operacional bruta do faturamento por meio da Receita Anual de Geração – RAG.

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

	2022	2021
Suprimento de energia elétrica (a)	126.698	25.102
Suprimento de energia elétrica - partes relacionadas (nota 16) (a)	108.853	104.458
Receita anual de geração ("RAG")	113.010	213.119
Receita anual de geração ("RAG") - partes relacionadas (nota 16)	28.616	53.820
Atualização do bônus de concessão (nota 5) (b)	85.858	144.019
Amortização do bônus de concessão (nota 5) (b)	(61.435)	(56.165)
	401.600	484.353
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(29.745)	(30.813)
Pis	(6.458)	(6.690)
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos ("CFURH")	(10.519)	(4.575)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	(3.368)	(3.812)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(1.514)	(1.342)
	(51.604)	(47.232)
Total	349.996	437.121

(a) Suprimento de energia elétrica

Destina-se à contabilização da receita proveniente do suprimento de energia elétrica vendida no mercado de curto prazo - CCEE, bem como, dos ajustes e adicionais específicos.

(b) Bonificação de outorga

Por tratar-se de um contrato de concessão entende-se, também, que a receita de juros efetivos vinculada à correção da parcela do ativo financeiro deverá ser classificada como “receita operacional”. Para a usina de Volta Grande existe uma Taxa Interna de Retorno – TIR específica, em consequência do valor estabelecido pelo poder concedente para o valor pago de bonificação de outorga e para o valor recebido pelo Retorno da Bonificação de Outorga (“RBO”). A atualização monetária é corrigida pelo IPCA, conforme estabelecido no contrato de concessão.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Custo e despesas operacionais

	2022				2021				
	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Outras receitas (despesas) operacionais	Total	Custo do serviço	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal e administradores	(4.721)	-	(3.392)	-	(8.113)	(3.838)	-	(2.899)	(6.737)
(-) Capitalização dos custos com pessoal	528	-	-	-	528	376	-	-	376
Provisão para processos judiciais	-	-	(41)	-	(41)	-	-	(70)	(70)
Material	(2.344)	-	(1.238)	-	(3.582)	(2.971)	-	452	(2.519)
(-) Capitalização dos custos de material	1.189	-	-	-	1.189	722	-	-	722
Serviços de terceiros	(6.205)	-	(1.503)	-	(7.708)	(6.915)	-	(1.073)	(7.988)
Energia elétrica comprada para revenda	(9.174)	-	-	-	(9.174)	(30.419)	-	-	(30.419)
Energia elétrica comprada para revenda - partes relacionadas (nota 16)	-	-	-	-	-	(1.582)	-	-	(1.582)
Transporte de potência de energia	5.000	-	-	-	5.000	(3.401)	-	-	(3.401)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 16)	(584)	-	-	-	(584)	(508)	-	-	(508)
Encargos de uso de rede elétrica	(53.776)	-	-	-	(53.776)	(40.636)	-	-	(40.636)
Depreciação e amortização	(265)	-	(298)	-	(563)	(256)	-	(130)	(386)
Aluguéis e arrendamentos	(273)	-	238	(6)	(41)	(81)	-	28	(53)
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(37)	-	-	(37)	-	(425)	-	(425)
Seguros	(3.005)	-	-	-	(3.005)	(3.987)	-	-	(3.987)
Outras receitas (despesas)	828	-	(435)	8	401	3.282	-	(531)	2.751
Total	(72.802)	(37)	(6.669)	2	(79.506)	(90.214)	(425)	(4.223)	(94.862)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	2022	2021
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	7.441	3.330
Variação cambial ativa	2	28
Atualização de créditos tributários	-	33
Juros e atualização monetária de mercado curto prazo	56	3.261
Outras receitas financeiras	-	304
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(349)	(322)
	7.150	6.634
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva	(192)	(31)
Encargos de dívidas	(28.094)	(29.448)
Variações monetárias - dívidas	(40.576)	(79.242)
Custo de transação de debêntures	(1.581)	(1.582)
Juros em arrendamento	(94)	(8)
Atualização de provisão para processos judiciais	(16)	(25)
Atualização de impostos e multas	(191)	(252)
Garantias e fianças	(55)	(47)
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(55)	-
Outras despesas financeiras	(1.262)	(361)
	(72.116)	(110.996)
Total	(64.966)	(104.362)

15. Impostos de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

15.1 Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

A Companhia é tributada pelo regime de lucro real com recolhimentos por estimativa mensal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Administração avalia, periodicamente, a posição fiscal de situações que requeiram interpretações da regulamentação fiscal e estabelece provisões quando apropriado.

A composição da base de cálculo e dos saldos desses tributos é a seguinte:

	2022		2021	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	(35.894)	(12.777)	(20.715)	(7.466)
Diferidos	(15.200)	(5.471)	(35.252)	(12.691)
	(51.094)	(18.248)	(55.967)	(20.157)
Base de cálculo	205.524	205.524	237.897	237.897
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	(51.357)	(18.497)	(59.450)	(21.411)
Reversão de impostos diferidos passivos	-	-	3.750	1.350
Ajuste do exercício anterior	271	252	-	-
Outras	(8)	(3)	(267)	(96)
Total	(51.094)	(18.248)	(55.967)	(20.157)
Alíquota efetiva	24,86%	8,88%	23,53%	8,47%

15.2 Imposto diferido

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias não tributáveis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e prejuízos tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas e os créditos e prejuízos tributários possam ser utilizados.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada a cada encerramento de balanço ou em período inferior, quando ocorrer eventos relevantes que requeiram uma revisão. Quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado, de acordo com o prazo máximo da concessão. A expectativa de geração de lucros tributáveis futuros é determinada por estudo técnico.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à alíquota do imposto determinada pela legislação tributária vigente na data do balanço e que se espera ser aplicável na data de realização dos ativos ou liquidação dos passivos que geraram os tributos diferidos.

O imposto diferido é reconhecido de acordo com a transação que o originou, seja no resultado ou no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos estão apresentados líquidos em razão dos impostos diferidos serem relacionados somente à Companhia e sujeitos à mesma autoridade tributária, além de haver um direito legal assegurando a compensação do ativo contra o passivo fiscal.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O saldo dos impostos diferidos está composto da seguinte forma:

	Balancos patrimoniais		Resultado	
	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
Tributos diferidos ativos:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	158	(223)	381	(223)
Arrendamento - CPC 06 (R2)	(19)	(31)	12	2
Outras provisões	2.461	2.251	211	1.229
	2.600	1.997	604	1.008
Tributos diferidos passivos:				
Repactuação do GSF	(2.163)	(2.225)	62	(16)
Atualização bônus da concessão	(126.953)	(105.616)	(21.337)	(48.935)
	(129.116)	(107.841)	(21.275)	(48.951)
Total	(126.516)	(105.844)	(20.671)	(47.943)

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano de realização	Valor
2023	975
2024	246
2025	246
2026	246
2027 a 2029	887
Total	2.600

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas à companhia: (i) seus controladores, administradores e demais membros do pessoal-chave da Administração; e (ii) empresas em controle comum pertencentes ao Grupo Enel - conforme definições contidas no Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) – Divulgação de partes relacionadas.

Em 31 de dezembro 2022 e 2021, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim resumidos:

16.1 Controladora (Enel Brasil)

	Vigência	31.12.2022	31.12.2021
		Ativo (passivo)	Ativo (passivo)
Dividendos a pagar		(65.343)	(25.671)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura	Agosto de 2027	(7.886)	(5.434)
Total		(73.229)	(31.105)

16.2 Empresas em controle em comum

Vigência	31.12.2022	31.12.2021	2022	2021
	Ativo (passivo)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Compra e venda de energia (a)				
ENEL Distribuição Rio- AMPLA	Fevereiro de 2047	656	8.319	7.553
ENEL Distribuição CE- Coelce	Fevereiro de 2047	744	9.438	8.348
ENEL Distribuição Goiás- CELG D (**)	Fevereiro de 2047	829	10.650	9.540
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Fevereiro de 2047	2.471	31.152	28.379
ENEL Trading Brasil S.A.	Janeiro de 2031	6.555	77.910	104.458
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Não regulado	-	(1.582)	(1.582)
Encargo de uso do sistema de transmissão (a)				
ENEL CIEN S.A.	Até o final da concessão	(47)	(584)	(508)
Compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura (b)				
ENEL Distribuição CE- Coelce	Agosto de 2027	(461)	-	-
ENEL Distribuição Goiás- CELG D (**)	Agosto de 2027	-	(317)	-
ENEL Distribuição Rio- AMPLA	Agosto de 2027	(781)	-	-
ENEL Green Power Cachoeira Dourada S.A.	Agosto de 2027	(741)	-	-
ENEL Geração Fortaleza- CGTF (*)	Agosto de 2027	-	(835)	-
ENEL CIEN S.A.	Agosto de 2027	(29)	-	-
ENEL Distribuição São Paulo- ELETROPAULO	Agosto de 2027	(783)	-	-
Total		3.713	136.885	156.188

(*) A partir de 23 de agosto de 2022, a Companhia de Geração Térmica Fortaleza – CGTF, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

(**) A partir de 29 de dezembro de 2022, a CELG DISTRIBUIÇÃO S.A. – CELG D, deixou de ser controlada pela Enel Brasil, passando a integrar outro grupo econômico. Dessa forma, somente as transações ocorridas até essa data, foram consideradas como transações entre partes relacionadas do grupo Enel.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Compartilhamento

O contrato de compartilhamento, decorre de reembolso do compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial, de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016 e reembolso do compartilhamento de Recursos Humanos entre as partes relacionadas, conforme Despacho nº 338, de 06 de fevereiro de 2019. A contabilização da despesa/receita de compartilhamento é efetuada na rubrica de origem.

A Companhia possui contratos de compartilhamento de staff e compartilhamento de custos de infraestrutura.

O compartilhamento visa otimizar os custos operacionais das Companhias seguindo os critérios de rateio e alocação de custos aprovados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, nos termos do artigo 12 da resolução nº 699/2016 e do despacho nº338 de 06 de fevereiro de 2019.

Por se tratar de compartilhamento de custos, os gastos encontram-se registrados nas rubricas das respectivas naturezas que os representam, não constando no resultado da Companhia como transações entre partes relacionadas.

(b) Suprimento de energia e encargo de uso do sistema de transmissão

O contrato de encargo de uso do sistema de transmissão é administrado pelo ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico) que é responsável pelo rateio dos custos entre todos os usuários do sistema de transmissão. Portanto, não há quantidades contratadas bilateralmente entre a ENEL CIEN S.A e a Companhia, mas sim um rateio calculado mensalmente a partir do total contratado com o ONS. Os contratos de suprimento de energia – CCEAR regulados pela ANEEL, motivo pelo qual não há anuência para tais transações.

Remuneração da Administração

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não há remuneração de Administradores na Companhia em 2022.

17. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e oportunidades/condições de cobertura no mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.1 Instrumentos financeiros

17.1.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

Categoria	Nível*	31.12.2022		31.12.2021		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	53.850	53.850	64.914	64.914
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	144	144	129	129
Contas a receber	Custo amortizado	2	6.260	6.260	21.625	21.625
Ativo financeiro - contas a receber vinculados à concessão (Bonificação de Outorga)	Custo amortizado	2	1.554.370	1.554.370	1.529.948	1.529.948
			1.614.624	1.614.624	1.616.616	1.616.616
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	33.032	33.032	36.625	36.625
Debêntures	Custo amortizado	2	684.573	1.585.630	740.330	752.716
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	654	654	439	439
Dividendos a pagar	Custo amortizado	2	65.343	65.343	34.671	34.671
			783.602	1.684.659	812.065	824.451
Total			2.398.226	3.299.283	2.428.681	2.441.067

* Conforme detalhado na nota explicativa 17.1.2 Hierarquia do valor justo

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para a rubricas de debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes (IPCA), respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

A rubrica de ativo financeiro da concessão é mensurada através da base de remuneração dos ativos da concessão, e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente o fator de atualização pelo IPCA.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

17.1.2 Hierarquia do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1** - dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo;
- **Nível 2** - dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado;
- **Nível 3** - dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos (SCIGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas etc., que são aplicadas nos diferentes níveis da Companhia, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente.

Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel SpA, que abriga um comitê de controles e riscos, que apoia a avaliação e decisões do conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos.

Para isso, existe uma política específica de controle e gestão de riscos dentro da Empresa, que é revisada e aprovada anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco.

Adicionalmente, existe um procedimento organizacional de gestão de riscos aplicável às empresas da América Latina, o qual complementa outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: política de gestão de garantias, política de controle de risco de *commodities*, política de controle de risco de crédito e contraparte, política de controle de risco financeiro, política de cobertura (taxa de câmbio e taxa de juros) e política de mudanças climáticas.

A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macros categorias de riscos: financeiros; estratégicos; governança e cultura; tecnologia digital, *compliance*, operacional, e 38 subcategorias de riscos para identificar, analisar, avaliar, tratar, monitorar e comunicar seus riscos.

O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas.

(a) Estrutura de gerenciamento de riscos

O grupo Enel possui um comitê global de gerenciamento de riscos, o qual possui as seguintes atribuições: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Holding; aprovar os limites de exposição propostos; monitorar e autorizar eventuais quebras de limites; definir estratégias de risco mediante a elaboração de planos de ação e definição de instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos.

O sistema de gestão de riscos do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócio e a área de Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três linhas desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a Alta Administração e a Diretoria atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração, por sua vez, pela segunda e terceira linhas de defesa.

A área de Controle de Riscos possui Certificação Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e é responsável pelo sistema de gestão de riscos. Esta área atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas do Grupo, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar e avaliar de forma qualitativa e quantitativa a probabilidade de materialização e o impacto monetário dentro da fase de avaliação dos riscos, bem como realizar o devido tratamento e monitoramento destes riscos, através da definição de ações de mitigação e elaboração de planos de ação em conjunto com as Unidades de Negócio e seus respectivos Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de Controle de Riscos mantendo boas práticas de governança corporativa e assegurando a continuidade do negócio.

Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina, sendo também responsável pela identificação, análise, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação destes riscos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais.

No caso de transações financeiras, existem políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (*rating*) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

O risco é basicamente proveniente de: (i) contas a receber de clientes; e (ii) equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

(b.2) Gerenciamento de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar o pagamento de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário. A Companhia também monitora constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia pode revisar a sua prática de pagamento de dividendos e/ou aumentar o capital através de emissão de novas ações. A estrutura de capital da Companhia encontra-se demonstrada no quadro abaixo:

	31.12.2022	31.12.2021
Debêntures	684.573	740.330
Dívida	684.573	740.330
Caixa e equivalentes de caixa	(53.850)	(64.914)
Títulos e valores mobiliários	(144)	(129)
Dívida líquida	630.579	675.287
Patrimônio líquido	744.783	753.957
Índice de endividamento líquido	45,85%	47,25%

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2022 é de 45,85% (47,25% em 31 de dezembro de 2021), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta informações sobre os vencimentos futuros de empréstimos e financiamentos da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2022						
Debêntures	(132)	(264)	123.715	478.633	197.662	799.614
Total	(132)	(264)	123.715	478.633	197.662	799.614

(b.4) Riscos de mercado

(b.4.1) Riscos de taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía 100,00% da dívida total (R\$ 787.215) indexada à taxa variável (IPCA).

Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juros sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade nos saldos das debêntures da Companhia em 31 de dezembro de 2022 estabelecida através das variações nas despesas financeiras para os próximos 12 meses, considerando a sensibilização da curva futura dos indicadores financeiros divulgados pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
IPCA	59.405	67.688	8.283	75.880	16.475
Total	59.405	67.688	8.283	75.880	16.475

As projeções consideram o índice de atualização da dívida, acrescido do spread contratual, conforme definido na nota explicativa nº 8.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2022--- apenas 2022 ---
(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo estão descritos conforme abaixo:

Obrigações contratuais	2023	2024	2025
Serviços de logística	28.047	11.954	2.689

19. Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/22	31/10/23	2.966.898	5.186.149
Responsabilidade civil geral	31/10/22	31/10/23	N/A	104.946
Responsabilidade civil de administradores	10/11/22	10/11/23	N/A	77.618
Riscos ambientais	31/10/22	31/10/23	N/A	103.723

20. Eventos subsequentes

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, relacionadas a decisão do STF – Superior Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.